

TERMO DE USO E POLÍTICA DE PRIVACIDADE DO PORTAL EXPRESSO

Quais informações estão presentes neste documento?

Este documento explica as regras para o uso do Portal Expresso e como suas informações são tratadas. Aqui, o usuário encontrará detalhes sobre o funcionamento do serviço, as regras que devem ser seguidas e as leis que garantem a prestação do serviço. Também são apresentadas as responsabilidades do usuário ao utilizar o Portal e as obrigações do Governo do Estado de Goiás ao oferecer esse serviço.

Se o usuário tiver dúvidas ou precisar corrigir alguma informação, este documento informa os canais de contato disponíveis. Além disso, explica onde e como registrar uma reclamação caso alguma regra deste Termo de Uso não seja respeitada.

A Política de Privacidade esclarece quais dados pessoais são coletados, como são armazenados e para que são utilizados. Também explica se essas informações são compartilhadas com outras entidades e quais medidas de segurança são adotadas para proteger os dados dos usuários.

O objetivo deste documento é garantir transparência e segurança para quem usa o Portal Expresso, além de esclarecer os direitos e deveres do usuário. Se precisar de mais informações, os canais oficiais do Governo do Estado de Goiás estão disponíveis no Portal.

Aceitação do Termo de Uso e Política de Privacidade

Ao acessar o Portal Expresso, o usuário deve ler atentamente este Termo de Uso e Política de Privacidade. Caso concorde com as condições apresentadas, deverá confirmar sua aceitação eletronicamente na plataforma. Esse aceite significa que o usuário compreende e concorda com os termos estabelecidos, incluindo o uso e compartilhamento de seus dados pessoais para as finalidades indicadas.

Ao utilizar o Portal Expresso e autenticar-se com a conta Gov.br, o usuário permite que seus dados cadastrais (nome, CPF, data de nascimento, endereço, telefone e e-mail) sejam compartilhados com o Cadastro Base Cidadão do Estado de Goiás. Esse compartilhamento tem como objetivo facilitar e otimizar o acesso aos serviços públicos estaduais, evitando que o usuário precise preencher os mesmos dados repetidamente. O uso dessas informações será feito exclusivamente para a execução de políticas públicas e melhoria dos serviços, conforme previsto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei federal nº 13.709/2018).

Além disso, quando o usuário se autenticar em outro serviço, o responsável (Controlador) pelo serviço acessado terá suas próprias regras de Termo de Uso e Aviso de Privacidade, das quais o usuário deve ter ciência.

O usuário pode, a qualquer momento, solicitar informações sobre o uso de seus dados pessoais ou alterar seu consentimento para determinadas finalidades, utilizando os Canais de Atendimento indicados neste documento. No entanto, ao revogar o consentimento, ele compreende que essa ação pode limitar, suspender ou até impedir o acesso a alguns serviços oferecidos pelo Portal Expresso.

Se o usuário solicitar a exclusão de seus dados, o Estado de Goiás atenderá ao pedido, salvo nos casos em que a manutenção dessas informações for necessária para cumprir obrigações legais ou contratuais ainda pendentes.

Definições

Para melhor compreensão deste documento, neste Termo de Uso e Política de Privacidade, consideram-se:

Agentes de tratamento: são o controlador e o operador, responsáveis por lidar com os dados pessoais;

Autoridade Nacional de Proteção de Dados: órgão do governo federal que fiscaliza e garante o cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) em todo o território nacional;

Controlador: pessoa, empresa ou órgão público que decide como e por que os dados pessoais serão utilizados;

Cookies: pequenos arquivos armazenados no navegador do usuário quando ele acessa um site. Eles guardam informações como número de visitas e preferências de navegação;

Dado pessoal: qualquer informação que identifique ou possa identificar uma pessoa, como nome, CPF, e-mail ou endereço;

Dado pessoal sensível: informações mais delicadas sobre uma pessoa, como sua raça, religião, opinião política, filiação a sindicatos, dados de saúde, vida sexual, dados genéticos ou biométricos;

Interoperabilidade: capacidade de diferentes sistemas se conectarem e trocarem dados entre si para facilitar o funcionamento dos serviços públicos;

Operador: pessoa ou empresa que processa os dados pessoais em nome do controlador, seguindo suas instruções;

Plataforma de interoperabilidade de dados do Estado: conjunto de sistemas e ferramentas tecnológicas do Governo de Goiás que permite a troca de dados entre diferentes órgãos públicos, conforme previsto no Decreto estadual nº 10.609/2024;

Terceiro: qualquer pessoa ou organização que não faz parte direta de um contrato ou de uma relação jurídica, mas que pode ser impactada por ela;

Titular: pessoa a quem pertencem os dados pessoais tratados pelo serviço;

Tratamento de dados: qualquer ação realizada com dados pessoais, como coleta, armazenamento, uso, compartilhamento ou exclusão;

Uso compartilhado de dados: quando órgãos públicos ou empresas autorizadas trocam informações pessoais entre si para cumprir suas funções legais ou melhorar os serviços oferecidos;

Usuário: qualquer pessoa que acessa e utiliza os serviços do Portal Expresso.

Descrição do serviço

O Portal Expresso é uma plataforma digital criada pelo Governo de Goiás, por meio da Secretaria-Geral de Governo (SGG), para facilitar o acesso dos cidadãos aos serviços públicos estaduais. Ele reúne em um só lugar serviços de diferentes órgãos do governo, permitindo que o usuário resolva suas demandas de forma mais rápida, segura e sem burocracia.

O Portal Expresso pode ser acessado de várias maneiras:

- pelo site oficial: <https://www.go.gov.br/>;
- pelo aplicativo "Expresso Goiás", disponível para celulares e tablets;
- por totens de autoatendimento, instalados em locais estratégicos; e
- Em breve, também será possível acessar pelo chatbot e WhatsApp.

Para garantir mais segurança, o acesso ao Portal Expresso é feito pelo Gov.br, uma conta digital única que protege as informações dos usuários, conforme previsto na Lei estadual nº 20.846/2020.

Desde seu lançamento em 2021, o Portal Expresso vem sendo constantemente atualizado para melhorar a experiência do usuário e acompanhar a modernização dos serviços públicos. Além de digitalizar processos, a plataforma está conectada ao Cadastro Base Cidadão do Estado de Goiás, o que permite preencher automaticamente formulários e facilitar a identificação do usuário, sempre respeitando seu consentimento e garantindo a proteção de seus dados.

O Portal Expresso continua evoluindo, trazendo novas tecnologias e serviços para oferecer um atendimento mais rápido, acessível e eficiente a todos os cidadãos goianos.

Quais são as leis e normativos aplicáveis a esse serviço?

[Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011](#) - Lei de Acesso à Informação - Garante o direito do cidadão de acessar informações públicas.

[Lei estadual nº 18.025, de 22 de maio de 2013](#) - Regulamenta a Lei de Acesso à Informação no Estado de Goiás e cria o serviço de informação ao cidadão.

[Lei federal nº 12.965, de 23 de abril de 2014](#) - Marco Civil da Internet - Estabelece direitos e deveres para o uso da internet no Brasil, garantindo a privacidade e a liberdade de expressão.

[Lei federal nº 13.460, de 26 de junho de 2017](#) - Protege os direitos dos usuários de serviços públicos, assegurando qualidade no atendimento.

[Lei federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#) - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Regula o tratamento de dados pessoais, garantindo segurança e privacidade aos usuários.

[Lei federal nº 13.726, de 08 de outubro de 2018](#) - Simplifica e reduz burocracias nos serviços públicos, facilitando o acesso do cidadão.

[Decreto estadual nº 9.668, de 28 de maio de 2020](#) - Cria o Portal Goiás Digital e obriga os órgãos estaduais a manterem suas Cartas de Serviços sempre atualizadas.

[Lei estadual nº 20.846, de 2 de setembro de 2020](#) - Estabelece a Política Estadual de Atendimento ao Cidadão e cria o programa SIMPLIFICA GOIÁS, para tornar os serviços mais acessíveis.

[Lei federal nº 14.129, de 29 de março de 2021](#) - Define regras para a transformação digital do governo, visando maior eficiência e modernização dos serviços públicos.

[Decreto estadual nº 10.092, de 6 de junho de 2022](#) - Regulamenta a aplicação da LGPD no Governo de Goiás, garantindo proteção aos dados pessoais dos cidadãos.

[Decreto estadual nº 10.306, de 21 de agosto de 2023](#) - Atualiza as normas sobre acesso a informações públicas no Estado de Goiás e reforça o direito à transparência.

[Decreto estadual nº 10.609, de 18 de dezembro de 2024](#) - Regula o compartilhamento de dados entre órgãos do governo do Estado de Goiás, garantindo segurança e governança das informações.

Quais são os direitos do usuário do Portal Expresso?

Os usuários do Portal Expresso têm direitos garantidos pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD - Lei nº 13.709/2018) para proteger suas informações e garantir mais transparência no tratamento de seus dados. São eles:

- Direito de acesso aos dados - O usuário pode perguntar se seus dados estão sendo usados pelo Portal Expresso e, caso estejam, solicitar acesso a essas informações.
- Direito de correção - Se houver algum erro nos dados ou se estiverem desatualizados, o usuário pode pedir a correção.
- Direito de limitar o uso dos dados - O usuário pode solicitar a exclusão de dados que sejam desnecessários, excessivos ou que estejam sendo tratados de forma irregular.

- Direito de se opor ao uso dos dados - Se o usuário não concordar com a forma como seus dados estão sendo utilizados, pode pedir que o tratamento seja interrompido, desde que haja fundamento legal para isso.
- Direito de transferir os dados - O usuário pode solicitar que seus dados sejam enviados para outro serviço ou plataforma, sempre que for tecnicamente possível e respeitando regras de segurança e privacidade.
- Direito de revisão de decisões automatizadas - Caso alguma decisão que afete o usuário tenha sido tomada apenas por um sistema automatizado, sem interferência humana, ele pode solicitar uma revisão dessa decisão.

Quais são as obrigações dos usuários que utilizam o Portal Expresso?

O usuário do Portal Expresso deve seguir algumas regras para garantir um uso seguro e correto da plataforma.

Ao acessar o serviço, o usuário é responsável por fornecer informações verdadeiras e atualizadas. Se os dados estiverem incorretos ou desatualizados, pode haver dificuldades ou até mesmo a impossibilidade de utilizar os serviços disponíveis.

Para garantir a segurança das informações, o usuário deve usar apenas seus próprios dados pessoais e nunca fornecer informações de terceiros sem autorização.

O login e a senha são pessoais e intransferíveis. O usuário deve manter sua senha em sigilo e não compartilhá-la com ninguém. Se isso ocorrer, ele não poderá alegar uso indevido da conta.

O usuário também deve atualizar suas informações sempre que houver alguma mudança. Caso deixe de fazer isso, poderá enfrentar dificuldades no acesso aos serviços ou até mesmo ser responsabilizado por erros decorrentes de informações incorretas.

Se o usuário causar qualquer prejuízo ao governo, a outros usuários ou a terceiros, seja por descumprir este Termo de Uso ou por mau uso do serviço, ele será responsável por reparar os danos causados. Isso inclui violações de direitos de terceiros, como uso indevido de informações ou desrespeito à privacidade e segurança dos dados.

O Governo do Estado de Goiás não se responsabiliza por problemas técnicos ou de segurança nos dispositivos do usuário, como:

- computador ou celular infectado por vírus ou hackers;
- falhas ou danos no equipamento do usuário durante o uso do serviço;
- problemas de segurança na rede de internet do usuário; e
- uso indevido do serviço por terceiros com acesso não autorizado.

Além disso, a Administração Pública não pode ser responsabilizada pela instalação de vírus, malware ou qualquer outro software malicioso que o usuário possa adquirir enquanto navega na internet.

O Portal Expresso foi criado para facilitar o acesso a serviços públicos, mas cabe ao usuário seguir as regras de segurança para garantir uma experiência segura e eficiente.

Quais são as responsabilidades da administração pública com os dados do usuário?

O Governo do Estado de Goiás tem o compromisso de proteger os dados pessoais dos usuários do Portal Expresso e garantir que sejam utilizados de forma segura e dentro da lei. A administração pública segue todas as normas que regulam o uso correto dessas informações, garantindo privacidade e direitos aos cidadãos.

Além disso, o governo deve disponibilizar, de forma transparente e acessível, informações de interesse público, sempre respeitando a segurança dos dados pessoais.

Para proteger as informações dos usuários, a administração pública deve adotar medidas de segurança e controles de proteção de dados, evitando acessos não autorizados ou vazamentos.

Em alguns casos, o governo pode precisar compartilhar informações com a Justiça, por exemplo, quando houver uma ordem judicial para investigações ou em casos de fraude, crimes ou ameaças a pessoas, bens ou sistemas do governo. Sempre que possível, o usuário será avisado, exceto quando a investigação estiver sob sigilo.

O Estado de Goiás NÃO enviará e-mails ou links pedindo informações pessoais dos usuários e NÃO enviará propagandas de produtos ou serviços comerciais. Se receber alguma mensagem desse tipo, o usuário deve ignorá-la e relatar ao suporte do Portal Expresso.

A administração pública trabalha para que os dados dos cidadãos sejam utilizados com segurança, transparência e respeito, garantindo o direito à privacidade de cada usuário.

Política de Privacidade

Esta Política de Privacidade segue as regras da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei Federal nº 13.709/2018) e do Marco Civil da Internet (Lei Federal nº 12.965/2014).

O Governo do Estado de Goiás pode atualizar esta política caso haja mudanças na legislação. Por isso, recomendamos que os usuários consultem este documento periodicamente para se manterem informados.

O Estado de Goiás se compromete a cumprir as normas previstas na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), e respeitar os princípios dispostos no Art. 6º:

- finalidade: Os dados só serão usados para objetivos legítimos e informados ao usuário, sem mudanças posteriores que alterem essa finalidade.

- adequação: O uso dos dados será sempre compatível com o motivo pelo qual foram coletados.
- necessidade: Apenas os dados estritamente necessários serão coletados, evitando excessos.
- livre acesso: O usuário pode consultar, gratuitamente e de forma simples, quais de seus dados estão sendo tratados e por quanto tempo.
- qualidade dos dados: Garantimos que as informações sejam precisas, claras e sempre atualizadas.
- transparência: O usuário terá acesso a informações claras e acessíveis sobre como seus dados são tratados e por quem.
- segurança: Medidas técnicas e administrativas serão adotadas para proteger os dados contra acessos não autorizados, vazamentos ou perdas.
- prevenção: Medidas serão aplicadas para evitar qualquer tipo de dano relacionado ao uso indevido dos dados.
- não discriminação: Os dados não serão usados para práticas abusivas ou discriminatórias.
- responsabilização e prestação de contas: O Estado de Goiás adotará todas as medidas necessárias para garantir a proteção dos dados e demonstrar o cumprimento da legislação.

Quais dados pessoais são tratados pelo Portal Expresso?

O Portal Expresso coleta e usa apenas os dados necessários para oferecer serviços públicos de forma segura e eficiente. Essas informações são usadas para identificar e autenticar o usuário, garantindo que ele tenha acesso aos serviços corretos.

Os dados tratados pelo Portal incluem:

Dados de Identificação Pessoal:

- Número de inscrição no CPF;
- Nome completo;
- Data de nascimento;
- Sexo;
- Nacionalidade;
- Filiação (nome dos responsáveis legais, quando aplicável).

Dados de Contato:

- Número de telefone;
- Endereço residencial;
- Endereço de e-mail.

Dados de Navegação e Tecnologia:

- Endereço IP (Internet Protocol);

- Localização aproximada do usuário (quando autorizado pelo dispositivo).

Como os dados são coletados?

O Portal Expresso coleta os dados dos usuários de diferentes formas, sempre respeitando a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Isso significa que apenas as informações realmente necessárias para o funcionamento dos serviços públicos são solicitadas ou usadas.

1. Dados informados pelo usuário

Alguns dados são fornecidos diretamente pelo usuário ao preencher formulários no Portal Expresso, no aplicativo ou nos totens de autoatendimento. São eles:

- CPF, nome, data de nascimento, sexo e nacionalidade - informados no momento do cadastro;
- Nome dos responsáveis legais (se aplicável);
- Telefone, endereço e e-mail - informados no cadastro e atualizados pelo próprio usuário quando necessário.

2. Dados obtidos de bases oficiais do governo

Para garantir mais segurança e agilidade, algumas informações são verificadas automaticamente por meio de integração com bases de dados do governo, como:

- Cadastro Base Cidadão do Estado de Goiás - usado para identificar e autenticar o usuário nos serviços estaduais;
- Receita Federal do Brasil - para validar informações associadas ao CPF;
- Sistemas de órgãos estaduais e federais - utilizados para checagem de dados conforme o serviço solicitado.

3. Dados coletados automaticamente

O Portal Expresso utiliza cookies e tecnologias de rastreamento para melhorar a navegação e garantir mais segurança. Esses dados incluem:

- Endereço IP - coletado sempre que o usuário acessa o Portal ou altera informações;
- Localização aproximada - obtida apenas se o usuário autorizar no dispositivo;
- Configurações do navegador e dispositivo - usadas para otimizar o desempenho do Portal;
- Dados de navegação - como páginas visitadas e tempo de permanência, para aprimorar os serviços.

Os cookies podem ser desativados nas configurações do navegador, mas isso pode afetar algumas funcionalidades do Portal.

4. Dados coletados durante o uso do serviço

O Portal Expresso também coleta informações quando o usuário:

- utiliza serviços digitais na plataforma;
- preenche formulários, faz agendamentos ou consultas;
- interage com canais de atendimento, como chatbot e WhatsApp;
- acessa o Portal de diferentes dispositivos (computador, celular, tablet ou totens de autoatendimento).

Todas as informações coletadas são protegidas e tratadas de forma segura e transparente. Para saber mais sobre como seus dados são usados, consulte a Política de Privacidade ou entre em contato pelos canais disponíveis no Portal Expresso.

Para que usamos seus dados?

O Portal Expresso usa os dados pessoais dos usuários apenas para garantir o funcionamento dos serviços públicos estaduais, sempre com segurança, eficiência e uma experiência personalizada. O uso dos dados segue as regras da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), especialmente o princípio da finalidade, o que significa que suas informações só serão usadas para os fins legítimos informados a você.

Abaixo explicamos como cada tipo de dado é utilizado:

1. Identificação e acesso seguro

Esses dados garantem que o usuário possa acessar o Portal Expresso com segurança e ser corretamente identificado nos serviços:

- CPF: permite o login e a vinculação da conta ao Gov.br;
- Nome completo: identifica o usuário dentro do sistema;
- Data de nascimento: ajuda a confirmar a identidade e verificar a elegibilidade para determinados serviços;
- Sexo: auxilia na organização dos atendimentos e na geração de estatísticas;
- Nacionalidade: necessária para verificar se o usuário pode acessar certos serviços públicos.

2. Melhorias na experiência do usuário

Esses dados ajudam a tornar a navegação no Portal mais eficiente e personalizada:

- Filiação: usada em serviços que exigem essa informação para validação de identidade;
- Endereço IP: permite analisar padrões de navegação e melhorar a segurança da plataforma;
- Localização (caso autorizada): sugere serviços e unidades de atendimento próximas para facilitar o acesso. Essa função pode ser ativada ou desativada pelo usuário.

3. Comunicação e notificações

Para que o usuário receba informações sobre seus atendimentos e atualizações importantes:

- Número de telefone: envio de alertas, confirmações de agendamento e avisos sobre pendências;
- E-mail: comunicação sobre serviços, notificações e atualizações do Portal Expresso.

4. Segurança e prevenção de fraudes

Para proteger os usuários e evitar acessos indevidos ou tentativas de fraude, o Portal pode usar os seguintes dados:

- Endereço IP: ajuda a identificar acessos suspeitos e evitar fraudes;
- Registros de acesso e alterações nos dados: mantém um histórico das atividades do usuário para auditoria e segurança.

5. Cumprimento de obrigações legais

O Portal Expresso pode usar os dados pessoais para:

- cumprir obrigações legais e regulatórias ligadas aos serviços públicos;
- executar políticas públicas previstas em leis, regulamentos e convênios;
- facilitar a integração segura entre sistemas da administração pública, garantindo que os dados sejam compartilhados de forma eficiente e segura.

Os dados pessoais utilizados no serviço são compartilhados?

O Portal Expresso compartilha dados pessoais apenas quando necessário para oferecer serviços públicos de forma eficiente e para a execução de políticas públicas, seguindo as regras do Decreto estadual nº 10.609/2024 e da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei nº 13.709/2018).

Os dados podem ser compartilhados apenas com órgãos públicos estaduais e sempre com medidas de segurança que garantem a privacidade do usuário.

Com quem os dados podem ser compartilhados?

1. Órgãos e entidades do Governo do Estado de Goiás, como:

- Secretarias de Estado, autarquias e fundações estaduais;
- Empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Estado.

2. Cadastro Base Cidadão do Estado de Goiás, para:

- facilitar o acesso aos serviços públicos, evitando que o usuário precise fornecer os mesmos dados várias vezes;
- melhorar a gestão de políticas públicas, ajudando a personalizar os serviços oferecidos;
- garantir que os dados armazenados nos sistemas estaduais sejam corretos e atualizados.

3. Órgãos de controle e fiscalização, como:

- Controladoria-Geral do Estado (CGE), Controladoria-Geral da União (CGU), Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO) e Tribunal de Contas da União (TCU), que utilizam os dados para auditoria e fiscalização do uso de recursos públicos e para monitorar a execução de políticas públicas.

4. Órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público, quando houver:

- determinação judicial para fornecer informações;
- investigação criminal ou administrativa para proteger os direitos dos cidadãos.

O Portal Expresso não compartilha dados pessoais para fins comerciais e adota medidas de segurança e sigilo, garantindo que todas as trocas de informações sejam feitas de forma segura.

Como protegemos seus dados?

O Portal Expresso adota medidas de segurança rigorosas para proteger os dados dos usuários contra acessos indevidos, perdas ou alterações. Todas as práticas seguem as regras da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei nº 13.709/2018) e outras normas de segurança da informação.

As principais medidas de segurança adotadas são:

- Criptografia e autenticação segura: os dados transmitidos entre o usuário e o Portal são protegidos para impedir acessos não autorizados. O login é feito pelo Gov.br, garantindo mais segurança.
- Monitoramento contínuo: sistemas de segurança identificam e respondem rapidamente a ameaças, prevenindo fraudes e ataques.
- Ambiente protegido: a plataforma opera em infraestrutura segura em nuvem, garantindo estabilidade e proteção contra falhas.
- Treinamento e boas práticas: servidores e operadores são capacitados para tratar os dados de forma segura e responsável.

O que o usuário pode fazer para proteger seus dados?

O usuário deve manter sua senha em sigilo e utilizar dispositivos seguros ao acessar o Portal. O Estado de Goiás não se responsabiliza por problemas causados por ataques externos a sistemas que não são controlados pelo governo ou pelo uso inadequado das credenciais de acesso.

E se houver um incidente de segurança?

Caso ocorra um vazamento ou outro problema que possa afetar os usuários, o Estado de Goiás irá:

- avisar os usuários impactados, explicando o ocorrido e as medidas adotadas;
- reforçar a segurança para evitar novos incidentes; e
- colaborar com as autoridades para investigar e resolver a situação.

O Portal Expresso utiliza cookies?

Sim, o Portal Expresso utiliza cookies para melhorar a navegação, garantir a segurança e otimizar o funcionamento dos serviços públicos digitais.

Os cookies são pequenos arquivos armazenados no seu dispositivo quando você acessa o Portal. Eles permitem que o sistema lembre suas preferências, facilite o login e ofereça uma experiência personalizada.

O Portal Expresso usa cookies para:

- garantir o funcionamento correto do site;
- armazenar preferências como idioma e acessibilidade;
- reforçar a segurança e autenticação do usuário;
- analisar o uso da plataforma para melhorar os serviços.

O uso de cookies segue as regras da LGPD, garantindo a segurança e privacidade dos dados. Para mais informações, consulte a Política de Privacidade ou entre em contato pelos canais oficiais do Portal Expresso.

Os cookies armazenam dados pessoais?

Nem todos os cookies guardam informações pessoais. Alguns são usados apenas para garantir que o Portal Expresso funcione corretamente, sem identificar o usuário.

No entanto, alguns cookies podem armazenar dados como endereço IP, histórico de navegação e preferências, que são considerados dados pessoais pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei nº 13.709/2018). Nesses casos, as informações seguem as mesmas regras de proteção e segurança descritas na Política de Privacidade do Portal Expresso.

O Portal Expresso utiliza cookies de terceiros?

Não. O Portal Expresso não utiliza cookies de terceiros para publicidade ou fins comerciais. Todos os cookies da plataforma são usados apenas para garantir o funcionamento correto dos serviços e melhorar a experiência do usuário.

Este Termo de Uso ou a Política de Privacidade podem mudar?

Sim. O Portal Expresso pode atualizar este Termo de Uso e a Política de Privacidade a qualquer momento para acompanhar melhorias no serviço ou mudanças nas leis.

As alterações podem incluir a criação de novas funcionalidades, ajustes nas regras de uso e atualizações de segurança. Sempre que houver mudanças importantes, os usuários serão informados por meio do Portal Expresso ou de canais oficiais.

O uso contínuo da plataforma após uma atualização significa que o usuário aceita automaticamente os novos termos. Por isso, é recomendável revisar esse documento periodicamente.

Se o usuário não concordar com alguma mudança, pode buscar esclarecimentos ou solicitar o cancelamento do seu cadastro nos canais de atendimento do Portal Expresso.

Qual o foro aplicável caso o usuário queira realizar alguma reclamação?

O Termo de Uso e a Política de Privacidade do Portal Expresso seguem as leis brasileiras. Se houver qualquer disputa sobre o uso do Portal, como descumprimento das regras ou violação de direitos, a questão será resolvida na Comarca de Goiânia, Estado de Goiás.

Se o usuário tiver dúvidas ou reclamações, pode primeiro buscar solução na Ouvidoria do Governo de Goiás. Além disso, qualquer pessoa que se sentir prejudicada no uso de seus dados pessoais pode registrar uma reclamação junto à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), conforme previsto na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei nº 13.709/2018).

Como tirar dúvidas?

Se o usuário tiver dúvidas sobre este Termo de Uso, pode acessar o site oficial do Portal Expresso (<https://www.go.gov.br/>) ou entrar em contato com a Ouvidoria do Governo de Goiás através dos seguintes canais:

- Site: www.ouvidoria.go.gov.br
- Telefone: 0800 000 0333

- E-mail: ouvidoria@cge.go.gov.br
- WhatsApp: [\(62\) 3201 5322](https://api.whatsapp.com/send?phone=6232015322)

Propriedade intelectual

O Governo do Estado de Goiás, por meio da Secretaria-Geral de Governo (SGG), é o único proprietário de todos os direitos relacionados ao Portal Expresso, incluindo:

- direitos autorais sobre o conteúdo, design, código-fonte e documentos técnicos da plataforma;
- marcas, domínios e logotipos do Portal Expresso;
- aparência, layout e estrutura da plataforma, como sua interface gráfica e organização; e
- segredos comerciais, patentes e tecnologias usadas ou licenciadas para o Portal Expresso.

É proibido copiar, modificar, distribuir, vender ou usar qualquer um desses elementos sem autorização formal do Governo do Estado de Goiás.

O uso indevido de qualquer parte do Portal Expresso pode resultar em penalidades legais, incluindo multas e processos, conforme as leis de Direitos Autorais (Lei nº 9.610/1998) e de Propriedade Industrial (Lei nº 9.279/1996).